

Definindo rumos à CPI

O deputado paulista José Genoíno, do PT, relatava ontem a seu colega, o senador Elcio Álvares, do PFL, que passou o último fim de semana em São Paulo, tendo ido ao cinema, ao supermercado e a um casamento. Em todos os locais, de acordo com seu depoimento, é grande a indignação popular com o escândalo da Comissão de Orçamento do Congresso. Foi a um cinema e uma senhora, ao se aproximar dele, foi logo advertindo-o: "Embora o senhor seja deputado, sento do seu lado porque sei que não está envolvido naquelas patifarias do orçamento". O parlamentar paulista acha que o povo tem razão de ficar indignado, porque percebe que o dinheiro roubado do orçamento é seu, dos impostos que paga ao governo. Acredita o deputado Genoíno que o déficit do Estado brasileiro só tem uma única causa e origem: a malversação do dinheiro público, proveniente do orçamento.

O senador Elcio Álvares estava preocupado em que a CPI do Orçamento não amplie por demais o leque de suas investi-

gações, com o que correria o risco de não chegar a nenhuma conclusão, gerando, por sua vez, um clima geral de insegurança e inquietação que não interessa ao País. "Não podemos instaurar um regime de terror, semelhante ao da Revolução Francesa" observava o parlamentar capixaba. O deputado José Genoíno expressou ponto de vista semelhante ao do relator da CPI do Orçamento; deputado Roberto Magalhães, que acabou perfilhado por toda a comissão, de que as investigações deverão se cingir exclusivamente ao orçamento. O senador Elcio Álvares, na conversa que manteve com Genoíno discordou da proposta formulada pelo senador José Paulo Bisol, do PSB, visando à criação de uma comissão destinada a investigar toda e qualquer denúncia de corrupção ocorrida no Brasil. Na sua opinião, organismos dessa natureza são próprios dos regimes de exceção. De acordo com seu ponto de vista, a democracia possui mecanismos próprios para apurar e punir atos de corrupção, definidos no âmbito do Poder Judiciário.

Fiúza readquire confiança

Segundo o depoimento de seus amigos, o deputado Ricardo Fiúza revela, nas últimas horas, haver readquirido a confiança em que conseguirá desfazer amanhã, na CPI do Orçamento, as acusações que no momento pesam contra ele de ter manipulado verbas públicas em seu favor. Na sua fala na CPI, Fiúza vai ler documento por ele prepa-

rado com a assessoria de advogados, no qual, para demonstrar a lisura do seu comportamento, irá dizer que todas as verbas de subvenção social por ele incluídas no orçamento foram mantidas e aprovadas por seu sucessor no Ministério da Ação Social, deputado Jutahy Junior. Vai ainda mostrar que não houve fraude nas suas declarações de renda.

Denúncias sem provas

Parlamentar de esquerda, dos mais atuantes na CPI do Orçamento, confessa ter começado a ficar assustado com certas denúncias publicadas ultimamente

na imprensa, sem nenhuma comprovação. Declara a esse respeito que o risco de todos é muito grande, porque ninguém fica imune a uma calúnia ou difamação.

As cautelas da CPI

A CPI do Orçamento resolveu ouvir Marinalva, a ex-mulher do deputado Manoel Moreira, não no seu plenário, mas numa de suas subcomissões. A cautela no caso é compreensível, tendo em vista que o casal se encontra envolvido nu-

ma separação litigiosa. A CPI decidiu ouvi-la preliminarmente num ambiente mais restrito, onde suas palavras terão menor ressonância, para saber naturalmente se as acusações que faz ao comportamento político de Manoel Moreira, como deputado, têm consistência.